



-----**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA**-----

-----**Mandato 2017-2021**-----

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO-----

-----**ACTA NÚMERO NOVE**-----

---Aos vinte e três dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, pelas vinte horas, reuniram no Salão Nobre da Sede da Junta de Freguesia de Marvila, sito na Avenida Paulo VI, nº 60, a Assembleia de Freguesia de Marvila, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Manuel Portugal Lage, coadjuvado por Diana Cecília do Espírito Santo Prudêncio e Anaísa Souto João, respetivamente Primeira e Segunda Secretárias, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

---**Ponto 1 – Apresentação do Relatório de Situação Económica e Financeira;**

---**Ponto 2 – Apresentação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia;**

---**Ponto 3 – Apresentação, Discussão e Votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2019;**

---**Ponto 4 – Apresentação, Discussão e Votação do Mapa de Pessoal para 2019;**

---**Ponto 5 – Aprovação de Adenda ao Regulamento e Tabela Geral de taxas e preços da Freguesia de Marvila.**

---*Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes eleitos:* -----

---**DO PARTIDO SOCIALISTA (PS)** – Luísa Maria Cabral Costa Gomes, Manuel de Jesus Saraiva, Luís Filipe Nunes Boaventura Figueiredo, Maria Libânia Fernandes Rendeiro, Maria Custódia Mateus Pires André, Acácio Monteiro Gonçalves, Jerónimo Teixeira Magina. -----

---**DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (PCP)** – António Augusto Pereira e Rogério Borges Pereira Mota. -----

---**DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)** – Maria Amélia Alves Cabaço. -----

---**DO BLOCO DE ESQUERDA (BE)** – Maria Isabel Pinto Ventura. -----

---**DO PRIMEIRO MARVILA MOVIMENTO INDEPENDENTE (PMMI)** – António Manuel Alves. -----

---Apresentaram pedidos de substituição, que foram apreciados e aceites pelo Plenário da Assembleia de Freguesia nos termos da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, os seguintes eleitos: -----

---**Ana Isabel Saraiva (PS)**, por uma reunião de Assembleia, tendo sido substituída por **Constantino Rodrigues**. -----

---**Constança Maria Pereira Alves (PCP)**, por uma reunião de Assembleia, tendo sido substituído por **Nuno Almeida**. -----

---**Luís André Fernandes Castro (PSD)**, por uma reunião de Assembleia, tendo sido substituído por **Ricardo Jorge Gaspar de Abreu**. -----

---Estiveram ainda presentes na reunião os seguintes membros do Executivo da Junta de Freguesia de Marvila, que assinaram a “lista de presenças”: -----

---O Presidente, **José António Nunes do Deserto Videira** e os Vogais, **Maria Hermínia Moraes Ventura Cintra**, **Susana Maria da Costa Guimarães**, **Joaquim Cerqueira Brito**, **Maria Cristina Rodrigues Abreu** e **João Carlos Lourenço dos Santos**. -----



---Às 20 horas, constatada a existência de quórum, o **Sr. Presidente da Assembleia** declarou aberta a presente reunião ordinária, começando por dirigir uma palavra de saudação ao Sr. Presidente da Junta, ao Executivo da Junta e aos membros das diversas bancadas, agradecendo de seguida a presença do público. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** informou não haver inscrições para intervenção do público, dando início ao período antes da ordem do dia, submetendo à votação a ata nº 8 referente à reunião de dia 27 de setembro, que dispensou a leitura atendendo a que a mesma foi antecipadamente enviada aos eleitos

---Passada a votação, **a ata nº 8 foi aprovada por unanimidade.**-----

---Dando início ao período antes da ordem do dia (PAOD), o **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra à **Sra. D. Isabel Ventura (BE)** que fez a seguinte intervenção:-

---« **O ESTADO SOCIAL E O DIREITO À HABITAÇÃO**

O Artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa estabelece o direito de cada família, a uma habitação "de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar."

Também estabelece que incumbe ao Estado promover, em colaboração com regiões e autarquias, a construção de habitações económicas e sociais e adotar uma política compatível com o rendimento familiar.

No que respeita à construção privada, deve estimulá-la, mas subordinada ao interesse geral.

Ou seja, o direito à habitação faz parte do estado social. Ao lado de um mercado regulado da habitação, deve existir habitação pública que satisfaça as necessidades de uma população como a portuguesa em que o salário médio não chega aos 900 euros e o salário mínimo para 2019 não sabemos se ultrapassará os 600 euros.

Não é razoável que quem ganha o salário mínimo, logo é pobre, já não tenha direito a uma habitação social. Para quem então a habitação social? Propõem-nos ghettos e não bairros habitacionais dignos desse nome.

Temos vindo a assistir à completa desregulamentação do mercado da habitação, ao aumento brutal das rendas e grande insuficiência da habitação social.

Perante a situação de calamidade no acesso à habitação e a milhares de despejos provocados pela aplicação da lei Cristas, o Estado limita-se a assistir, sem cumprir as funções que a Constituição lhe impõe. Convém lembrar que a moratória que salvaguarda idosos e deficientes, em determinadas condições, só abrange o primeiro trimestre de 2019.

O Estado não faz construção de habitação social, não reabilita a que tem e mantém milhares de casas sem ninguém, desocupadas. Quando uma família, em desespero, ocupa uma delas, envia a polícia municipal para a desalojar.

Comparemos: a Holanda, a Suécia e o Reino Unido gastam mais de 3% nas suas políticas de habitação. Portugal, Espanha e Grécia gastam menos de 1% do PIB na habitação pública.

Os jovens sofrem particularmente com estas políticas. **A maioria das pessoas entre os 18 e os 34 anos vivem com os pais.** Em 2015 contabilizavam **58% em Portugal.**

Em Portugal, a habitação social é aproximadamente 2% do parque habitacional. Na Holanda, é de 32, na Áustria, 24 e na Suécia e Inglaterra, 18.

Portugal está na cauda da Europa. No entanto, para orgulho de Centeno, o ministro das Finanças, o deficit está abaixo do que era obrigado por esta União Europeia do tratado



orçamental que não permite aos países periféricos a satisfação das necessidades básicas da sua população, em que se inclui a habitação.

O PSD e CDS não querem mexer na lei Cristas que aprovaram durante o seu governo; o PS limita-se a querer aprovar bonificações fiscais para prazos maiores e arrendamentos mais baixos.

O BE tem apresentado propostas de medidas que possam beneficiar os inquilinos. Algumas delas foram aprovadas. Mas quem tem a maioria manda, faz as leis. As medidas propostas pelo BE têm que ter por detrás a força dos cidadãos, temos de impor que o mercado habitacional seja regulado e que o Estado cumpra aquilo a que a Constituição o obriga: a construção de habitação social digna e que não seja negligenciada, como está a acontecer. O estado dos bairros sociais e a existência de bairros de barracas, como o de Camarate por exemplo, é um sinónimo da exclusão a que cidadãos deste país estão condenados pelo Estado.

A luta pelo direito à habitação não terminou. Temos que a tomar de novo em mãos. É um direito negado a milhares de nós por não encontrarmos habitação que possamos pagar, nas condições dignas a que temos direito.

Pelo direito à habitação!

A representante do BE

Isabel Ventura

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu de seguida a palavra ao eleito, **Sr. Manuel Saraiva (PS)** que, no uso da palavra, saudando os presentes disse, sobre a intervenção da eleita do BE, entender deixar expressas algumas considerações lembrando que o debate político é próprio da democracia. Lembrou que a Assembleia de Freguesia é a principal casa da freguesia. Disse que, quando se pretende atingir um determinado objetivo, o bom senso manda que se encontrem pontos de confluência. Disse concordar com muitas preocupações do BE no que ao direito à habitação dizem respeito e nisso disse estar do seu lado. Disse existir porém clarificar algumas das afirmações proferidas tentando desdramatizar o laivo apocalíptico da intervenção da eleita do BE, reconhecendo que muito há para fazer e não esquecendo que a política é arte do possível por muito que isso nos custe. Salientou que o PS assume a habitação como uma das suas prioridades políticas e formulou alguns pontos da política habitacional em Lisboa. Lembrou que, até 2009 a atribuição de casas continha em si alguma arbitrariedade por casuística. Disse que a norma escrita serve para definir regras e procedimentos e que foi elaborado um regulamento que define regras e variáveis determinando uma classificação final do conhecimento de todos os candidatos e dos cidadãos em geral, dizendo que esse regulamento – o Regulamento de Acesso à Habitação – publicado em 24 de setembro de 2009 que não será um documento perfeito, indo por isso sofrer algumas alterações que em breve estarão em consulta pública. Salientou que, nessa consulta, qualquer cidadão tem o dever e o direito de expressar a sua opinião de modo a que o documento final seja mais adequado às necessidades da cidade. Disse não ser verdade que o acesso à habitação esteja vedado a quem ganha o ordenado mínimo, bem pelo contrário. Relativamente à afirmação do BE, que considera mal informado, de que não se constrói habitação respondeu que estão em fase de construção novas casas em três bairros municipais: no bairro da Cruz Vermelha, no bairro Padre Cruz e no bairro da Boavista e para além destas, estarão brevemente em construção mais mil novas casas. Informou que a dotação orçamental da CML na habitação para 2019 é superior a 80



milhões de euros informando também que está atualmente em curso um programa de renda acessível – PRA, dizendo que permitirá recuperar ou manter em Lisboa uma classe média que não conseguiria casa ou que foi empurrada para os arredores. Relativamente a não haver reabilitação respondeu que existe um programa- Aqui há mais bairro – com uma dotação orçamental superior a 50 milhões de euros, investidos e a investir em 30 bairros municipais que inclui bairros de Marvila. Disse ainda que estes não são os únicos programas de apoio à habitação em Lisboa existindo outros. Afirmou que não é verdade que o PS não queira mudar a Lei dado ter avançado com um ambicioso pacote legislativo de nome “Nova geração de políticas de habitação”. Disse ainda em relação à intervenção do BE ser particularmente discutível o modo como compara alguns indicadores que representam diferentes realidades e que não devem ser comparadas exatamente porque são diferentes. Salientou que, na Europa Mediterrânica existe uma cultura enraizada de casa própria que não é dominante nos países do Norte e do Centro. Disse que todos sabem que o sonho de muitos portugueses é ter uma casa própria e que para isso muito trabalharam em Portugal e no estrangeiro. Disse que, na Holanda, citada na intervenção, existe uma forte componente cooperativa em parte fora do controlo do Estado. Informou que, ao nível central, existe desde Junho do presente ano, um programa da responsabilidade do Ministério do Ambiente, suportado no Decreto-Lei 37/2018 de 4 de Junho chamado “Primeiro direito – Programa de apoio ao acesso à habitação”. Concluiu dizendo que a proposta que deixava ao BE e aos outros partidos que elegem como prioridade a habitação é de que o seu partido está disponível para discutir a habitação num qualquer fórum de modo a produzirem uma posição conjunta. Da parte da sua bancada, na qualidade de eleitos com assento nesta freguesia 3starão sempre do lado de quem se empenha para uma solução para a situação de vida dos moradores de Marvila.--

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à **Sr.ª Isabel Ventura** que, em defesa da honra, disse que a situação apresentada na sua intervenção é verdadeira e se há projetos para melhorar que venham pois o seu partido estará de certeza de acordo com eles. Voltou a afirmar que têm sido negadas casas a pessoas que usufruem do ordenado mínimo ou um pouquinho acima do mesmo. Salientou ainda que Portugal é dos países que menos gasta na política de habitação.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu de seguida a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** que, no uso da palavra, disse que o seu partido através dos seus vereadores, apresentou dois requerimentos à CML referentes a problemas de habitação aqui em Marvila nomeadamente no bairro do Condado e no bairro da Flamengo salientando que o parque habitacional do bairro da Flamengo – antiga Malha H – nunca durante todos estes anos viu uma nova pintura nos prédios o que muito degrada a qualidade de vida nesse bairro. Informou que os vereadores do PCP fizeram várias questões à CML e separam agora as respostas. O outro requerimento foi sobre as obras no bairro do Condado que pararam sem se saber o porquê. Aproveitando a intervenção do eleito Sr. Manuel Saraiva e tendo em conta as questões colocadas, sugeriu que a Assembleia de Freguesia organizasse então um encontro para a análise dos reais problemas da Freguesia. Informou também que os vereadores do PCP na CML apresentaram uma proposta de programa que é o PACA – Programa de Arrendamento a Custos Acessíveis que foi aprovado por unanimidade mas no orçamento da CML não está contemplado nada para apoiar este projeto. Voltou a reforçar a sugestão da Assembleia de Freguesia organizar um fórum para se debater estes problemas que tanto atingem a população



A
D

para se poder encontrar soluções. De seguida, falando da situação de haver pouco público presente, disse que é uma situação normal dado que, mais uma vez, a informação relativa à Assembleia não foi devidamente divulgada e as vitrinas continuam a não ser utilizadas ou a ser utilizadas deficientemente. Relembrou que, na Assembleia de 08 de junho de 2018, levantou a questão das vitrinas não terem a informação correta e atual ao que o Sr. Presidente da Junta se comprometeu a cuidar da situação para que não voltasse a acontecer, tendo-se verificado que voltou a acontecer e que mais uma vez as vitrinas da freguesia não contêm a informação correta e atual necessária para informação ao público dando alguns exemplos desta situação. Salientou que o dever da Junta de Freguesia é divulgar a informação que é um direito da população.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à **Sr.ª D. Amélia Cabaço (PSD)** que passou a apresentar a proposta do PSD -----

---No uso da palavra, a **Sr.ª D. Amélia Cabaço** leu a proposta que a seguir se transcreve:-

Proposta nº 1

«Reforçar a marca Marvila

No decorrer dos últimos anos, a freguesia de Marvila tem realizado um conjunto de iniciativas para reforço da sua identidade

com o objetivo de dar maior visibilidade e reconhecimento à marca Marvila.

Embora algumas empresas das instaladas no território não assumam na sua identidade a freguesia de Marvila deverá ser feito um esforço para que estas empresas e sobretudo as novas empresas que procuram Marvila para se instalarem sejam sensibilizadas para desenvolverem o sentido de pertença à freguesia.

Assim, os eleitos da Assembleia de Freguesia de Marvila, na sua reunião ordinária de 23 de novembro de 2018 deliberam:

- Solicitar à Junta de Freguesia de Marvila que pelos meios que entenda mais convenientes, possa sensibilizar as empresas já instaladas e as que se irão instalar, quanto à importância de que a localização seja identificada como Marvila.
- A Assembleia de Freguesia demonstra a sua disponibilidade para, se assim o entenderem, acompanhar o Executivo nestas diligências
- Solicitar à Junta de Freguesia de Marvila que dê continuidade ao esforço de defender e reforçar a marca Marvila em todas as suas iniciativas, em especial junto do comércio local e do setor empresarial sediado nesta freguesia.

Este documento foi subscrito por todas as bancadas com assento na Assembleia de Freguesia de Marvila.»-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou então a palavra ao **Sr. Manuel Saraiva** que, no uso da palavra, leu os votos de louvor que aqui se reproduzem:-----

Voto de Louvor nº 1

«VOTO DE LOUVOR PELA ORGANIZAÇÃO DA GALA DO DESPORTO

O reconhecimento do trabalho empenhado, individual ou de grupo, focado em objetivos que, no geral, contribuem para o aumento da autoestima de uma comunidade é, por si, um fator positivo, gerando sentimentos de pertença e acrescentando valor a essa comunidade.

A Gala do Desporto de Marvila, realizada no passado dia 26 de Outubro, teve como objetivo reconhecer e distinguir publicamente o trabalho realizado pelos agentes desportivos (atletas, técnicos, associados, patrocinadores e instituições) que, no decorrer



da época desportiva 2017-2018, se destacaram pelo mérito alcançado e contribuíram para o desenvolvimento do desporto na Freguesia de Marvila, bem como para uma maior visibilidade externa e aumento da sua notoriedade no contexto da cidade.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Marvila na sua reunião ordinária de 23 de novembro de 2018, decide:

- *Louvar a Junta Freguesia de Marvila pela decisão na organização da 1ª Gala do Desporto, tendo em conta o impacto positivo gerado junto de todos aqueles (pessoas, entidades) ali reconhecidos, acrescentando-lhes novas energias;*
- *Solicitar ao Executivo para que continue com esta organização, se possível melhorando o formato, tendo em conta que no próximo ano a Freguesia comemorará 60 anos de vida.*
- *Que este Voto de Louvor seja do conhecimento da Freguesia pela sua divulgação nos órgãos de comunicação da junta.*

Marvila, 23 de novembro de 2018» -----

Voto de Louvor nº 2

«VOTO DE LOUVOR PELA ABERTURA DA UNIVERSIDADE SÉNIOR DE MARVILA

Nos últimos anos fomos confrontados com um novo fenómeno: o envelhecimento demográfico. Envelhecer é um dos maiores desafios contemporâneos, obrigando a novas políticas para resposta às necessidades das pessoas idosas. São enormes as repercussões desse envelhecimento, particularmente no último meio século, com um peso crescente das populações séniores e uma redução do peso da população ativa, implicando um maior esforço em apoios sociais.

O sucesso no envelhecimento depende de uma boa saúde, da longevidade das pessoas e do desempenho de papéis sociais significativos, otimismo, uma autoimagem positiva e uma capacidade funcional adequada.

As universidades séniores surgem nesta linha de pensamento, oferecendo, não uma escolarização ou uma educação formal, mas programas e atividades que respondam às suas necessidades de formação ao longo da vida nos temas de seu interesse.

Em boa hora abriu a Universidade Sénior de Marvila, a qual responde a mais de duas centenas de interessados neste tipo de formação, na preocupação de um envelhecimento com mais qualidade de vida.

A Assembleia de Freguesia de Marvila reunida ordinariamente no dia 23 de novembro de 2018 decide;

- *Louvar a decisão da Junta de Freguesia de Marvila na criação de uma Universidade Sénior e a sua capacidade de implementação da ideia, já em funcionamento;*
- *Solicitar ao executivo a posterior realização de um estudo que possa evidenciar os resultados conseguidos por este tipo de atividade, evidenciando as vantagens na qualidade de vida dos alunos inscritos;*
- *Que este Voto de Louvor seja do conhecimento da Freguesia pela sua divulgação nos órgãos de comunicação da junta.*

Marvila, 23 de novembro de 2018» -----



---o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à **Sr.ª D. Maria Custódia André (PS)** que leu a seguinte moção:-----

Moção nº 1

«Passes Sociais

A Assembleia de Freguesia congratula-se com a informação divulgada de que o relatório do Ministério do Ambiente que acompanha a proposta de OE explica que com este Orçamento é criado o programa específico de apoio ao tarifário no transporte coletivo para o conjunto do país, que terá um profundo impacto nos padrões de mobilidade".

"Este programa tem por objetivo **combater as externalidades negativas associadas à mobilidade**, nomeadamente o congestionamento, a emissão de gases de efeito de estufa, a poluição atmosférica, o ruído, o consumo de energia e a exclusão social.

Visa, ainda, **atrair passageiros para o transporte público**, apoiando as Autoridades de Transporte de modo a lhes permitir operar um criterioso ajustamento tarifário e da oferta".

Os agregados familiares passam a pagar no limite dois passes para andar nos transportes públicos e deste pacote de medidas para os transportes as **crianças até 12 anos deixam de pagar nos transportes públicos**.

Este pacote de medidas será aplicado em abril e terá um **custo anual de 90 milhões de euros**.

Segundo dados de 2016, do Eurostat, Portugal gasta 1,7% do produto interno bruto (PIB) com transportes, uma proporção que ficando ainda abaixo da média europeia, demonstra que gasta mais em transportes do que Espanha, Itália ou Alemanha.

A medida agora tomada vem colocar Portugal numa posição mais favorável e mais de acordo com o esforço que tem sido feito para melhorar o apoio às famílias, que se salienta e que as famílias portuguesas, seguramente, reconhecem.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Marvila reunida ordinariamente no dia 23 de novembro de 2018 congratula-se com esta decisão e com o esforço feito para a melhorar da qualidade de vida das famílias, quer no que diz respeito ao seu esforço financeiro quer quanto à questão da mobilidade dos cidadãos e procura de soluções mais sustentáveis neste domínio, nomeadamente a preferência pelo transporte público.

Marvila, 23 de Novembro de 2018» -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. Rogério Mota (PCP)** que, no uso da palavra, disse que em 2000 o seu partido apresentava na área metropolitana propostas muito concretas sobre a matéria referente ao custo dos passes d os transportes públicos. Disse ainda que, em 2016, o seu partido levou à Assembleia de República, na Comissão Parlamentar de Economia, dois projetos que implantavam o passe intermodal. Disse que ambos os projetos foram rejeitados na altura. Frisou que claro que a sua bancada irá subscrever esta moção mas que é necessário lembrar a luta que se fez para chegar a esta situação.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à **Sr.ª D. Luísa Costa Gomes** que, respondendo ao eleito do PCP, disse congratular-se pelo PCP ter tido estas ideias mas que na altura referida não estavam reunidas as condições para que se pudessem realizar estas mudanças. Congratulou-se também que o seu partido, agora que as condições es6tão criadas, não se tenha coibido de fazer esta proposta para que os cidadão possam usufruir destas condições.-----



---A Sr.^a D. Luísa Costa Gomes leu então a recomendação que a seguir se transcreve:--

Recomendação nº 1

«Recomendação - Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)»

Aceita-se que a Saúde Pública começou com Hipócrates. Ensinava na ilha de Cós aspetos que hoje podem ser considerados como observações epidemiológicas empíricas. Escreveu obras como “Dos ares, águas e lugares” referindo fatores ambientais que ainda hoje, e cada vez mais, são preocupações das sociedades, mesmo as mais evoluídas.

O primeiro livro escrito em língua portuguesa dedicado a temas de Saúde Pública, foi o “Tratado da Conservação da Saúde dos Povos” de Ribeiro Sanches, publicado em Paris em 1756.

Surgiu na sequência do papel desempenhado pelo Marquês de Pombal na reconstrução de Lisboa depois do terramoto de 1755 e na importância que atribuiu à proteção da saúde dos lisboetas, e indicava as orientações técnicas para a reconstrução da Cidade.

Ricardo Jorge, entre outros, reconheceu a importância do Tratado, tendo reivindicado para Sanches o título de criador da Higiene Moderna.

No século XIX, os estudos conduzidos por Edwin Chadwick evidenciaram a importância das condições de higiene e saneamento do meio ambiente na saúde individual e coletiva das comunidades sendo proposto a adoção obrigatória de medidas de higiene coletiva nas cidades e localidades (designadamente de infraestruturas de saneamento) vigiadas pelas estruturas locais de Saúde Pública.

Arnaldo Sampaio referia que a “Saúde Pública, num século, evoluiu do conceito estreito do saneamento do meio físico para o conceito lato de preservação integral da Saúde do Homem”

A Nova Saúde Pública procura transferir para os cidadãos as informações capazes de gerarem consciência do risco; mas, também, tranquilidade e serenidade.

A Saúde Pública, inovadora, dinâmica, intimamente articulada com outros sectores, é, hoje, tal como se demonstrou no passado, uma alavanca impulsionadora do progresso e da coesão nacional.

A tradicional relação médico-doente é completada por uma outra, necessariamente mais ampla: a relação estabelecida entre a equipa de saúde, equipa alargada e multidisciplinar, e a comunidade, que se quer informada e capaz de intervir.

A problemática dos Resíduos Sólidos Urbanos inclui-se no leque alargado da Saúde Pública, nesta visão multidisciplinar e multifactorial.

Os Resíduos Sólidos Urbanos não são uma epidemia, mas a partir deles, se mal depositados, mal recolhidos, mal eliminados, podem efetivamente desencadear-se epidemias, que podem e devem ser evitadas, adotando as boas práticas que o conhecimento científico e os equipamentos disponíveis já permitem.

É importante **capacitar as famílias e os indivíduos para a criteriosa produção dos RSU**, correta deposição e separação. É importante a visão moderna de considerar como recursos os resíduos produzidos, se toadas as etapas desde a sua produção até à valorização/tratamento forem criteriosas e tecnologicamente conseguidas.

Cabe às autarquias, a todos os níveis não só a pedagogia a levar a cabo junto das suas populações, mas também garantir uma adequada recolha dos RSU e seu destino final, valorização e tratamento.



Handwritten initials or signature in the top right corner.

A Câmara de Lisboa através do seu Regulamento de Resíduos Sólidos da Cidade de Lisboa, em vias de alteração e melhoria, tem demonstrado querer seguir esse caminho de boas práticas e sustentabilidade.

“O Plano Municipal de Gestão de Resíduos da cidade de Lisboa pretende definir a estratégia e as ações a desenvolver pela CML quanto à gestão de resíduos urbanos, **apostando na prevenção da produção de resíduos e no desvio de materiais recicláveis e de fluxos especiais de resíduos, com vista à sua valorização económica e à proteção do Ambiente**”

Sendo patente o esforço do executivo da Junta de Freguesia de Marvila no desempenho de algumas das múltiplas tarefas como a varredura manual e mecânica, lavagem de arruamentos, limpeza de sarjetas, Motocão, entre outras, é fundamental responder aos novos desafios que a gestão dos RSU coloca.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Marvila na sua reunião ordinária de 23 de novembro de 2018, recomenda ao Executivo, que seja recolhida junto da CML:

1. Informação sobre o **Conselho Consultivo para a Redução de Produção de Resíduos** e se alguma das ações se destina à população de Marvila
2. Data de início e procedimentos a desenvolver na Freguesia de Marvila tendo em vista a Recolha Seletiva de Resíduos, certa de que está é uma oportunidade para uma informação/sensibilização da população tendo em vista tornar Marvila uma Freguesia ambientalmente sustentável.

Mais recomenda que seja dado posterior conhecimento à Assembleia de Freguesia.

Marvila, 23 de novembro de 2018» -----

----Seguidamente, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Acácio Monteiro (PS)** que, no uso da palavra leu a recomendação que aqui se transcreve:-----

Recomendação nº 2

Recomendação – HABITAÇÃO

O art.º 65º da Constituição da República Portuguesa refere que “Todos tem direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”.

Refere ainda que incumbe ao Estado assegurar o direito à habitação, não ignorando, contudo, que deve “estimular a construção privada, com subordinação ao interesse geral” e que deve incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações”

O Partido Socialista, enquanto Governo Central ou Local tem procurado ao longo dos anos dar evidência ao que é referido na Constituição.

Marvila é disso um vivo exemplo.

O **PER**, Plano Especial de Realojamento teve em Marvila uma notável expressão e no lugar do Bairro Chinês e outros bairros degradados surgiu a malha urbana que hoje conhecemos que fixou em Marvila, em condições mais dignas de habitação, muitos dos que já aqui residiam e trouxe a Marvila muitos outros vindos de outras zonas de Lisboa.

Apesar do imenso esforço realizado a problemática da habitação continua a preocupar os políticos responsáveis. É uma problemática diversa da que presidiu ao PER, com contornos de acordo com as necessidades e exigências dos nossos dias, e com fenómenos sociais diversos, a que o mercado não é alheio, mas mantendo-se actual, a reclamar um esforço mais inovador e robusto.

São exemplos de boas práticas do Governo, envolvendo as autarquias, os Programas **Primeiro Direito, Porta de Entrada, ou Programa da Habitação ao Habitat**, integrado



na Nova Geração de Políticas de Habitação, numa abordagem mais ampla à habitação integrando-a como parte do sistema urbano e com o objetivo global da melhoria das condições de vida das populações.

O Programa para a habitação da Câmara Municipal de Lisboa também o demonstra sendo exemplo o Re-Habitar – Acesso a Habitação Municipal Acessível,

Importa saber quantas famílias há sem casa e quantas casas há sem famílias.

Assim, a bancada do Partido Socialista na Assembleia Freguesia de Marvila na sua reunião ordinária de 23 de novembro de 2018, recomenda ao Executivo que

- Junto da Câmara Municipal de Lisboa, da Gebalis, do I. H. R. U., das Associações de moradores e das Comissões de Lote recolha a informação relativa ao número de fogos municipais devolutos, quer dos que se encontram sob gestão da Gebalis quer os do património municipal disperso, e disso informe a Assembleia de Freguesia
- Mais recomenda que quer junto da Gebalis quer junto da CML recolha a informação relativa a eventuais programas reabilitação do património habitacional municipal da Freguesia e prazos quanto ao seu início e conclusão.

A Bancada do Partido Socialista Assembleia de Freguesia está confiante que a identificação do número de fogos devolutos e a reabilitação dos que se encontram em condições precárias permitirá **criar condições para programas inovadores de atribuição de fogos, integrados, multidisciplinares e sustentáveis** que ajudem a ultrapassar as condicionantes à habitação em Lisboa e particularmente em Marvila.

Marvila, 23 de Novembro de 2018» -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra à **Sr.ª D. Amélia Cabaço (PSD)** que disse congratular-se com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia por ter implementado e realizado a 1ª Gala do desporto em Marvila dado que era uma das propostas do programa do PSD. Disse que esta Gala foi um excelente evento agradecendo o convite do Executivo da Junta de Freguesia para a participação no mesmo afirmando que o seu partido está de acordo com este “novo” PS e esta forma de fazer politica sendo, na sua opinião, este o caminho certo.-----

---De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Nuno Almeida (PCP)** que, no uso da palavra, disse que, relativamente à situação dos resíduos sólidos, acompanha a recomendação apresentada pelo PS nos objetivos da recomendação mas gostaria de fazer uma declaração política sobre o tema apresentado e que tem a ver com a solução administrativa para Lisboa. Disse ser sabido que o PS e o PSD se juntaram para fazer uma Lei – a Lei nº 56/2012 que veio a resultar na reforma administrativa para Lisboa. Salientou que o problema dos resíduos sólidos em Lisboa não se resumem à sua separação e da pouca informação que se deixou de dar aos munícipes sobre este tema e a importância para o ambiente e a sustentabilidade. Disse haver questões que têm vindo a agudizar-se desde 2014 e que não é possível ignorar, nomeadamente no que refere à falta de recolha dos resíduos, dos monos e a falta de lavagem dos contentores. Solicitou ao executivo da junta de freguesia uma atitude mais pro ativa junto da CML, sendo da sua competência a recolha dos resíduos, e alertando para que não haja discriminação da freguesia em relação a outras mais viradas para o Turismo, sendo essas zonas que têm recolha quase durante 24 horas. Disse que a seu ver se descarta a zona da periferia em detrimento das zonas mais sobrecarregadas pelo Turismo e têm mais visibilidade para fora, dizendo que a freguesia também merece mais algum respeito por parte da CML nesta questão. Outra questão é a recolha subterrânea que é mais higiénica, mais salubre e que o Executivo da Junta também deveria ter uma atitude pro ativa para que esses também deveriam existir em Marvila.-----

---Agradecendo a intervenção o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Ricardo Abreu (PSD)** que, no uso da palavra, recomendou que da próxima vez que se trouxer uma questão relativa a resíduos sólidos seria bom não esquecer a limpeza da zona do espaço



envolvente à feira do relógio, que também é um problema grave para a freguesia dado que a limpeza do eixo central é feito pela CML mas a zona envolvente é feita pela Junta de Freguesia e essa zona fica muito suja.

---Fazendo uma interpelação à mesa o **Sr. Rogério Mota** questionou se a bancada do PS concordou com as sugestões de alteração feitas relativas às recomendações ao que o **Sr. Presidente da Assembleia** respondeu que a bancada do PS concordou com as alterações sugeridas.

---O **Sr. Presidente da Assembleia** colocou então à votação os documentos apresentados começando pelo **Voto de Louvor nº 1 – Voto de Louvor pela organização da Gala do Desporto.**

---Passada a votação, foi o **Voto de Louvor pela organização da Gala do Desporto aprovado por unanimidade.**

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou então à votação do **Voto de Louvor nº 2 – Voto de Louvor pela abertura da Universidade Sénior de Marvila.**

---Passada a votação, foi o **Voto de Louvor pela abertura da Universidade Sénior aprovada por unanimidade.**

---Foi de seguida colocada à votação a **Moção nº 1 – Passes Sociais**, subscrita pelas bancadas do PS, PCP, BE, PSD e PMMI.

---Passada a votação, foi a **Moção nº 1 – Passes Sociais aprovada por maioria com a abstenção do CDS.**

O **Sr. Presidente da Assembleia** colocou à votação a **Recomendação nº 1 – Reforçar a marca Marvila**, subscrita por todas as bancadas.

---Passada a votação foi a **Recomendação nº 1 aprovada por unanimidade.**

---O **Sr. Presidente da Assembleia** colocou então à votação a **Recomendação nº 2 - Recomendação - Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)** subscrita pelas bancadas do PS, PSD, BE, CDS e PMMI.

---Passada a votação foi a **Recomendação nº 2 aprovada por unanimidade.**

O **Sr. Presidente da Assembleia** colocou à votação a **recomendação nº 3 – Recomendação – HABITAÇÃO.**

---Passada a votação, foi a **Recomendação nº 3 aprovada por maioria com a abstenção do PSD.**

---A **Sr.ª D. Isabel Ventura** pediu a palavra para fazer a seguinte declaração de voto:-----

---«Eu votei favoravelmente a Moção porque não tenho nada contra o pedir-se que a Câmara nos informe sobre as habitações devolutas que há muitas em Marvila bem como pessoas carenciadas que também existem. Mas queria lembrar só uma coisa, é que na luta dos moradores que para ficar sem casa, não vi lá partido nenhum. A única pessoa que lá vi foi o Presidente da Junta que foi o único que lá se deslocou e inclusivamente a churrascada que esses moradores fizeram para fazerem ver a sua situação de 17 famílias que vão ficar sem casa não vi lá um único partido dos que estão aqui representados na Assembleia a não ser o BE. Era isso que eu queria dizer.»-----

---Tendo terminado o PAOD, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu início ao período da ordem do dia fazendo um esclarecimento sobre um lapso de digitação no envio da convocatória, esclarecendo que, nos termos do Regimento da Assembleia de Freguesia, o ponto dois – Informação Escrita do Presidente é naturalmente o ponto um, tendo na reunião de líderes, durante a preparação da Assembleia, sido feita esta alteração.

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou então a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** para a apresentação da Informação Escrita.

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, saudando os presentes disse querer nas suas primeiras palavras, passado um ano, saudar os funcionários que acompanham os trabalhos da Assembleia de Freguesia fazendo menção às funcionárias Cristina Canadelo e Glória Melo que executam esse trabalho. Falando da informação Escrita, disse que, de uma forma muito sintética,



salientava a continuidade do concurso público externo para ingresso no quadro dos Assistentes Operacionais da Higiene e limpeza Urbanas e dos Jardins de Infância informando da conclusão da entrega das candidaturas. Salientou o apoio dado à população carenciada da freguesia na ordem de um apoio a cada dois dias, sendo manifestamente superior ao praticado anteriormente dizendo que também é fruto do trabalho realizado pela assembleia de freguesia. Destacou o papel que têm vindo a ter os Grupos Comunitários, dando o exemplo o evento do Grupo Quarto Crescente – Feira da Vizinhaça – para promover o comércio local e também a realização de uma Assembleia Comunitária para se candidatarem ao Orçamento Participativo. Relativamente ao Orçamento Participativo, disse ter sido um sucesso relativamente ao número de candidaturas estando agora na fase de preparação para apresentação das propostas vencedoras durante o mês de dezembro. Salientou a abertura da universidade Sénior dizendo que neste momento alcança já mais de duzentos e vinte alunos sendo um sucesso a nível da participação dos marvilenses. Referindo a Gala do Desporto, disse ter sido um momento de grande união em volta de um tema muito querido ao associativismo local e no geral ao desporto. Salientou também um conjunto de eventos na área da cultura, destacando a grande iniciativa que foram “Os dias de Marvila” que decorreram de 5 a 16 de outubro. Chamou a atenção do átrio de entrada da sede da Junta que tem estado afeto à exposição da realização de artistas, nomeadamente um artista plástico com mais de oitenta anos que presenteou a Junta de uma maneira voluntária da sua criação que nos deu a hipótese de expor o tema “A Arte e o Graffiti”. Deixou algumas notas relativas à questão dos resíduos sólidos, dizendo que a Junta de Freguesia se prepara por si própria para aumentar e reforçar a sua equipa através de mais dois elementos. Informou que a junta irá realizar a aquisição de uma viatura de apoio e poder dar algum contributo para o que embora não seja da competência da freguesia merece a atenção e o reforço no que refere à higiene e Limpeza urbanas dizendo acompanhar a intervenção do eleito Sr. Nuno Almeida., relativamente ao desejo da implementação de contentores subterrâneos para acondicionamentos do lixo urbano. Referindo a intervenção do eleito Sr. António Pereira, informou que se está num processo que visa o melhoramento das condições das vitrines da freguesia tendo sido feita a colocação de fechaduras novas em cinco vitrines, nomeando os locais intervencionados. Informou que, nas vitrines onde ainda não foi possível fazer a intervenção, o editais foram colocados no exterior sujeitos a vandalismo por parte da população. Frisou que o trabalho da Junta é um trabalho continuado que visa no futuro a publicitação seja feita em todas as vitrines da freguesia. Informou que, estando as vitrines arranjadas elas serão partilhadas com as associações para informação de eventos e notícias relevantes. Frisou que, ao contrário do que disse o Sr. António Pereira, as Assembleias não é clandestino pois, embora pudesse ter havido falhas em alguns locais a mesma foi publicitada no site da Junta de Freguesia e no Facebook da Junta. Deixou novamente a reafirmação do compromisso de continuar a melhorar a atualização das vitrines da freguesia. -----

---Falando sobre o relatório semestral da ROC, disse que, tal como se comprometeu na última Assembleia de Freguesia, o documento em questão veio a esta assembleia para ser analisado pelos eleitos dado os revisores de contas não terem entregado em tempo útil para se poder realizar a sua análise. Em resumo disse que o executivo cumpriu o que era a sua promessa manifestada na Assembleia anterior de fazer a entrega deste documento aos senhores membros da Assembleia de Freguesia.-----

---Agradecendo a intervenção, o **Sr., Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Sr. António Alves (PMMI)** que, no uso da palavra, relativamente à informação escrita, referindo o primeiro ponto dos Recursos Humanos, no âmbito dos contratos do IFP foi admitida uma Assistente Operacional a exercer funções até setembro de 2019, questionou se este é um contrato programa ou com a possibilidade de depois passar a ocupar um lugar no quadro de pessoal. Referindo a informação de rescisão de contrato por termo indeterminado na categoria de Assistente Operacional de apoio aos Jardins de Infância, questionou qual o tipo de rescisão que aconteceu.



A
D

Referindo o apoio à Habitação, no âmbito das rendas convencionadas e subsídio municipal de arrendamento perguntando se isso tem a ver com a nova legislação. Referindo-se à informação financeira disse que na mesma falta um mapa informativo e que deveria haver maior cuidado na execução dos documentos, fazendo uma pequena análise da informação contida no documento apresentado. Relativamente ao relatório Semestral da Revisora de Contas, fez uma pequena análise sobre o mesmo, fazendo evidência que se apresenta no relatório uma execução de 50% no período temporal decorrido referido também que a execução da despesa é de 32%, dizendo ser muito aquém do que seria de esperar, tendo em conta o mesmo período temporal. Disse que, considerando a taxa de receita comprometida, disse que é superior salientando a eficácia dos serviços no que é solicitado pelo Executivo. Evidenciou o facto de a receita de capital, face ao valor estimado ser nula. Levantou mais algumas questões dignas de esclarecimento relativas ao Relatório da ROC apresentando a sua preocupação para problemas no futuro. Afirmou que todos os problemas existentes já foram antes alertados pelo seu Movimento tendo sempre como base a resolução dos mesmos. Para defesa da freguesia, dos trabalhadores e dos colaboradores.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou então a palavra ao **Sr. Ricardo Abreu (PSD)** que, no uso da palavra, lembrou ao Sr. Presidente da junta que a publicação da realização da Assembleia só no site e nas redes sociais exclui uma grande parte da população de Marvila que é tendencialmente mais idosa e que não faz uso de redes sociais e nem sequer utiliza a internet. Relativamente à Informação Escrita do Sr. Presidente, disse que o seu partido gostaria de saber quando é que o Executivo irá criar um regulamento para a concessão de apoios às associações de Marvila bem como ao ISEL dizendo não entender muito bem o porquê este instituto receber um apoio pedindo também esclarecimentos sobre isso. Pediu também esclarecimentos relativamente à disparidade de valores nos apoios concedidos. Relembrou que, referindo-se à Universidade Sénior, que existe uma Associação de Moradores, a AMBA que tem uma Academia Sénior e que se deveria juntar esforços para que este serviço melhor sirva os marvilenses. Referindo o Relatório dos Revisores de Contas, reportou-se há página 30 onde se espelha que os serviços desportivos só arrecadaram 215 euros quando no mesmo período homólogo foram recebidos 29 mil euros. Disse que ao olhar para a ocupação dos espaços desportivos da freguesia onde se vê uma serie de associações, incluindo algumas equipas da RTP, que não estão consagradas nos apoios concedidos exposto na informação do Sr. Presidente da junta. Questionou então que tipo de apoios estão a ser efeitos uma vez que estas organizações não estão contempladas e a ocupação do espaço desportivo é uma despesa para a Junta de Freguesia e este tipo de concessão é um apoio dado a estas instituições. Realçou outra situação espelhada também na página 30 que se refere a um aumento relativamente aos combustíveis, passando de 55 mil euros para 81 mil euros e também relativamente ao transporte de pessoal onde se registou 25 mil euros de gastos onde no período homólogo se gastaram apenas 4.970 euros solicitando explicações do porquê de tal suceder.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu de seguida a palavra ao **Sr. José Moreira (CDS)** que, no uso da palavra, tal como foi falado pelo seu partido na reunião preparatória do Orçamento e plano para 2019, gostaria que a questão da higiene urbana melhorasse visivelmente e que, para além do que pode ser feito pelos serviços, houvesse uma campanha de sensibilização da população para um maior cuidado na utilização dos contentores, como por exemplo, fechar os sacos do lixo e as tampas dos caixotes e contentores, não deixar lixo no chão e chamar os serviços de recolha da CML quando há necessidade de se desfazer de lixo volumoso.-----

---De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à **Sr.ª D. Isabel Ventura (BE)** que, no uso da palavra, falando do Relatório da Revisora de contas, disse que na página 6, ao nível da execução orçamental das despesas fica muito longe do previsto. Disse que a Junta se comprometeu com 59% de execução mas apenas cumpriu 32% havendo assim um desvio de 4 milhões e oitocentos mil euros. Dentro das despesas disse verificar-se que a despesa que visa o investimento, a despesa de capital é apenas de 12% sendo 88% de despesas correntes. Disse que



estava prevista uma percentagem de investimento de 11% mas apenas foram executados 8 % sendo 92% de despesas correntes. Relativamente à Informação Escrita do Presidente disse congratular-se com o apoio que tem sido dado ao movimento associativo reconhecendo que esses apoios têm sido realizados. Pediu esclarecimentos sobre a precariedade dado haver um mapa de pessoal onde só há trabalhadores com contrato a tempo indeterminado, verifica que está espelhado na página 1 uma despesa de pessoal em regime de tarefa ou avença no valor de 120 mil euros não entendendo ao que se refere esta despesa.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou então a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** que, no uso da palavra, disse que, sendo a Junta de Freguesia a impulsionadora da criação dos Grupos Comunitários, deverá haver a atenção no que refere o nome destes grupos fazendo referencia ao Grupo Comunitário de Marvila Antiga no qual, a seu ver, o nome Marvila Histórica faz mais sentido referenciando que a população dessa zona se poderá identificar mais com esse nome. Referindo-se ao tema das pequenas reparações nas habitações, disse ser um trabalho importante pois cada vez mais existem habitações degradadas e com necessidade de pequenos arranjos, e por isso estranha que o grau de execução esteja apenas nos 10% colocando em causa os canais informativos à população do referido serviço. Referindo-se ao Espaço Público e Estrutura Verde pediu esclarecimentos sobre o sucedido com os sistemas de rega dado a forma como está escrito não ser muito esclarecedora. Relativamente às caldeiras cuja listagem foi atualizada solicitou informação sobre quando as referidas caldeiras irão ser preenchidas com árvores. Sobre a Ação Social, falando das visitas domiciliárias realizadas para informação sobre as condições habitacionais lembrou a situação do cidadão que mora na rua Eng.º Cunha Leal, nº 554 – r/c. esq., que tem a casa toda atulhada de monos que traz da rua e não faz limpeza seja de que tipo for. Disse ainda que este cidadão não tem qualquer tipo de assistência precisando de ajuda mas a referida pessoa não tem cabeça para a solicitar, frisando que tem que haver alguém ou alguma instituição que se responsabilize pela ajuda a facultar a esta pessoa. Salientou também que as ações deste cidadão estão a por em risco a saúde pública das pessoas que moram nesse lote assim como da segurança, pois se houver um incêndio irá criar graves problemas aos moradores. Relativamente à mobilidade pediu esclarecimentos sobre quais as questões identificadas pelo diagnóstico realizado pela Junta e também sobre quais os lugares mais críticos a nível da mobilidade e quais as ações que foram tomadas para mitigar as situações. Referindo o pelouro da Juventude relativamente à entrega de uma bolsa de mérito a uma aluna do ISEL pediu esclarecimentos sobre em que consiste essa bolsa, se existe algum regulamento para a aplicação da referida bolsa e quem atribuiu a mesma. Questionou também se a Oficina Domiciliária é um serviço gratuito, consiste em algum apoio domiciliário ou quais os termos em que funciona. Salientou que este serviço deveria ser mais divulgado para conhecimento dos cidadãos. Lembrou também, relativamente ao estudo sobre as habitações devolutas, que a Junta poderá ter maior informação sobre este tema através das associações de moradores e das comissões de lote. Relativamente à informação financeira realçou que o grau de execução em quase todas as rubricas é um grau de execução muito baixo, enumerando alguns exemplos que ilustram a sua opinião, fazendo ênfase na rubrica da Juventude que apresenta uma execução de 0%, perguntando se não seria um erro ou uma gralha. Falando do relatório realizado pelo ROC, salientou a chamada de atenção da mesma onde diz “ações não muito corretas no que diz respeito a receitas da Junta de freguesia provenientes de protocolos da CML, aconselhando a Junta de Freguesia a melhorar os procedimentos do controlo interno, nomeadamente registo de receitas relativos ao mês de maio e junho”. Continuando a nomear o relatório do ROC, no que diz respeito à Ação Social, Habitação, CPCJ e Fundo de Emergência Social e os protocolos transferidos da CML, disse constar no referido relatório que os mesmos apresentam uma execução orçamental díspar e que não foi possível concluir sobre a devida execução dos exercícios face à fraca informação obtida pelos serviços relativamente ao período em referência, questionando qual a razão do revisor ter que relatar esta situação. Também no relatório do revisor diz



Handwritten marks in the top right corner, including a signature and the number '27'.

constatar-se que a junta de Freguesia não recebeu da CML em 2018 as verbas protocoladas para o ano corrente, questionando as razões para esse atraso ou se por acaso a CML já fez essa entrega da verba. Relativamente à execução da despesa disse acentuar-se um grande desequilíbrio entre as despesas correntes e as despesas de capital perguntando o que pensa a Junta de Freguesia fazer para melhorar esta situação. Relativamente à informação do revisor de que não houve despesas de capital pagas no decorrer do semestre questionou se a referida constatação não será de preocupar a todos solicitando assim esclarecimentos sobre a situação referenciada. Falando da recomendação do revisor relativamente ao PPI que diz que a Junta deverá fazer uma revisão do PPI para que o mesmo reflita uma informação mais fiável sobre o investimento plurianual da freguesia, considerando uma recomendação sensata mas dizendo também que o que o preocupa é o grau de execução de 39% no espaço público o que considera bem abaixo do que será necessário para a freguesia. Relativamente à comparação feita pelo revisor entre os fornecimentos e serviços externos que se verificaram no período em questão, é sua opinião que estes não foram benéficos para a freguesia pois se esses serviços fossem realizados pelos serviços da Junta de Freguesia serão economicamente mais benéficos para a freguesia. -----

---Não registando mais intervenções o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** que, no uso da palavra, relativamente às questões levantadas pelos. Membro da Assembleia, Sr. António Alves, sobre a trabalhadora cujo contra5to questionou, disse tratar-se de um contrato-programa não visando a entrada no quadro desta trabalhadora. Relativamente à rescisão do contrato em causa, disse que o mesmo foi feito por vontade própria da trabalhadora dado ter-se ausentado de Portugal para vivenciar outra experiência profissional num país da Europa. Relativamente à questão levantada sobre a habitação, disse que o procedimento é o habitual tratando-se do preenchimento da candidatura nos programas no âmbito da CML. Relativamente à questão da habitação devoluta, disse que a Junta tem estado no processo daquilo que têm sido as intervenções dos senhores membros da Assembleia sobre este assunto plasmada nas votações já decorridas hoje. Quanto às restantes questões disse concordar quanto a anteriormente ter sido feita uma boa gestão dos dinheiros públicos até ao último orçamento, mas salientou que este Executivo também está bem dado que os valores praticados na execução da despesa são similares aos praticados em 2017 lembrando que foi um dos anos em que a junta de Freguesia de Marvila apresentou uma maior taxa na execução da despesa. Referente à intervenção do senhor membro da Assembleia, Sr. Ricardo Abreu, disse acompanhar a sua opinião no que se refere ao site e às redes sociais não chegar à população mais idosa, dizendo que como já tinha referido, há necessidade de se reparar as vitrinas, trabalho que está em execução, explicando que nalguns casos não houve a possibilidade de poder colocar a informação no interior das vitrinas e que a mesma informação foi afixada na porta das mesmas com fita adesiva, tendo sido estas objeto de vandalismo. Relativamente à questão colocada sobre o apoio ao ISEL, disse que o Executivo irá apresentar na Assembleia os contratos-programa que a Junta de Freguesia deverá assinar com todas as associações que mereçam ser objeto de contratos-programa ou de protocolos, tendo já encetado negociações nesse sentido. Informou ainda que, relativamente às associações que têm incapacidade por si de se candidatarem e que merecem o apoio da autarquia, estas serão apoiadas através de apoios financeiros pontuais constantes em propostas e que publicitadas efetivamente em edital merecem por parte da Assembleia de Freguesia a correta fiscalização. Referindo-se à questão colocada sobre a AMBA e a Academia Sénior de Marvila, disse que o que foi pensado e projetado pela Universidade Sénior de Marvila, são estruturas complementares onde a AMBA tem um determinado número de objetivos e a Universidade Sénior outros e o que está a realizar-se é um trabalho complementar realizado em parceria que tem sido estimulada. Disse também que a Universidade Sénior abrange toda a freguesia de Marvila e a Academia Sénior é um projeto no âmbito do BIP-ZIP, que o Executivo quer que tenha sustentabilidade financeira para o futuro e que tem o seu alcance maioritariamente no bairro das Amendoeiras e no bairro da Flamengo. Relativamente às



questões dos serviços desportivos, respondeu que a Junta de Freguesia consigna é o que está disposto no artigo nº 79 da Constituição da República Portuguesa, passando a fazer a leitura do referido artigo, dizendo que todas as instituições e associações que tenham a sua sede em Marvila à partida contarão com o apoio gratuito para a continuidade da sua prática desportiva, sejam instituições sem qualquer fim lucrativo, seja a RTP. Relativamente à questão dos combustíveis e do aumento dos gastos, disse que isso se justifica com uma estratégia política do Executivo, de melhorar os serviços na área da limpeza e higiene urbanas havendo um maior número de deservagem e desmatação das áreas que estavam em outsourcing e que passaram a ser praticadas pelos serviços da junta de Freguesia. Também referindo o aumento do transporte de pessoal, respondeu que a Junta de freguesia com este Executivo aumentou exponencialmente a possibilidade das crianças, dos jovens e dos sénior da freguesia fazerem as suas visitas de estudo, passando o veículo pertencente à freguesia a estar sempre a funcionar em apoio a associações e instituições, escolas e coletividades da freguesia de Marvila. Sobre a sugestão levantada pelo Sr. José Moreira referente à sensibilização dos cidadãos relativamente aos lixos e da sua recolha disse que considerava fazer todo o sentido agradecendo a sugestão apresentada. Referindo-se à questão levantada pela eleita do BE, Sr.^a Isabel Ventura relativamente à despesa, da análise realizada pelo Executivo no que diz respeito ao relatório do primeiro semestre, esta aponta para valores similares ao do ano anterior assegurando que a execução da despesa já está neste momento na ordem dos 55.96%, aproximando-se dos 60% que foi a execução da despesa do ano 2017 chamando a atenção para que esse ano foi um ano eleitoral pelo que teve um maior gasto. Relativamente à questão da precaridade do Mapa de Pessoal, disse que o que este Executivo defende é a possibilidade da Junta de Freguesia, dentro dos seus limites que tem a ver com encargos orçamentais, conseguir abranger e ter aquilo que se entende as necessidades permanentes e adequadas ao funcionamento da Junta de Freguesia. Disse acompanhar também a sugestão de conseguir, dentro dos limites orçamentais, combater a precaridade e regularizar a situação dos prestadores de serviços da Junta de Freguesia. Quanto à ideia dos 120 mil euros das pessoas em regime de tarefa, são opções políticas da Junta de Freguesia em ter mais prestadores na área da limpeza e higiene urbanas e na área dos assistentes de Jardins de Infância que muitas vezes não estão numa situação completamente permanente mas a Junta tem que oferecer mais prestadores de serviços justificando que existe a contingência de estes muitos destes trabalhadores que estão em regime de permanência estarem muitas vezes de baixa por doença e que depois regressam ao seu posto de trabalho. Disse que a Junta de Freguesia preferiu haver estas prestações de serviço dentro dos limites orçamentais. Referindo-se às questões levantadas pelo eleito do PCP, Sr. António Pereira, disse que a escolha do nome “Marvila Antiga” foi uma escolha feita de forma democrática realizada no seio dos que aí habitam, tendo sido uma escolha unanime entre todos os membros do Grupo Comunitário da referida zona. Relativamente às pequenas reparações, disse acompanhar a sugestão feita pelo eleito de exponenciar o papel da Oficina Domiciliária, assumindo ser uma lacuna do Executivo mas que irá procurar melhorar no sentido de divulgar este serviço que é um serviço essencial no apoio a esta população carenciada da freguesia e no âmbito da habitação aumentar o grau de execução deste domínio. Relativamente à plantação de árvores nas caldeiras, respondeu não ter ainda essa informação, esperando que a CML na pessoa do Sr. Vereador José Sá Fernandes adeque um plano para a plantação das árvores nas caldeiras que se encontram vazias na freguesia. Relativamente aos sistemas de rega disse que se refere simplesmente ao facto que, em outubro, com o início das chuvas e o período de outono e inverno ter sido desligado este serviço que vai ser novamente ativado no mês de abril. Referindo-se a situação social do cidadão da rua Eng.^o Cunha Leal, disse que, segundo a informação obtida pelos serviços, a casa do senhor em causa tem sido seguido por várias entidades, mas infelizmente o cidadão em questão tem se mostrado muito resistente a qualquer tipo de ajuda das entidades envolvidas. Disse ainda que a idade do cidadão em questão não ajuda no problema e informou que o assunto continuará a ser seguido, informando também



Handwritten marks in the top right corner, including a small arrow pointing right and a stylized signature or mark.

que foram dadas orientações ao Ministério Público para poder haver uma ação consertada para ajudar a resolver o assunto apresentado. Relativamente aos pontos críticos de mobilidade, sugeriu que a Assembleia de Freguesia crie um grupo especializado em comissão, que auxilie a Junta de Freguesia no trabalho necessário a realizar sobre este tema. Disse ainda que têm sido tomadas diligências sobre este assunto junto do coordenador da mobilidade da CML, com o Arq.^o Pedro Homem Gouveia no sentido de ter em preocupação os chamados perímetros de segurança escolar, salientando que todas as áreas de envolvimento das escolas da freguesia deverão ter as condições de segurança necessários. Informou que a Av. Paulo VI, a Rua Pardal Monteiro, a Rua Eng.^o Ferreira Dias e outras também irão ser intervencionadas dentro da mesma preocupação de segurança e mobilidade. Referindo-se à questão da Juventude e à atribuição da bolsa de mérito ao aluno do ISEL, tem a ver com o contrato programa assinado com o ISEL que visava fazer justiça relativamente à utilização que a Junta fez durante muitos anos daquele estabelecimento de ensino sem qualquer retorno financeiro para o mesmo aquando da cedência total das suas instalações. Outro objetivo desta atribuição foi também dar outra dinâmica ao ISEL informando ainda que este compromisso foi realizado para este mandato deste Executivo informando que nesse protocolo foi exigido uma bolsa a ser atribuída a um jovem de Marvila constando da atribuição o mérito desse jovem avaliado pelos corpos diretivos do ISEL sendo essa bolsa no valor de 1500 euros. Relativamente à baixa execução financeira em alguns pelouros do espaço Público, Espaços Verdes, Segurança e Mobilidade e Juventude, respondeu que, nas tarefas que são competência da junta de Freguesia e tendo em conta que grande parte delas passaram a ser desempenhadas por serviços próprios da Junta de Freguesia, tem havido uma obvia diminuição daquilo que eram gastas nestas áreas em situação de *outsourcing*. Disse que porém existe para o Executivo uma questão que é essencial e determinante no futuro tendo já por várias vezes reafirmada e transmitida na Assembleia de Freguesia que tem a ver com a necessidade de repor, em termos de despesas de capital e para o futuro da Junta, uma negociação efetiva com a CML pois considera que o que aconteceu com o que a Lei inicialmente atribuía à Junta tendo depois retirado das suas contas 400.000 euros, na sua opinião, hipotecou para o futuro as despesas de capital da Junta de Freguesia de Marvila. Relativamente às recomendações para melhorar o processo de controle interno apontadas pela ROC, disse que as mesmas serão tidas em conta. Informou ainda que só a partir dos meses de outubro e novembro é que a CML começou a libertar as verbas que são devidas à freguesia relativamente aos protocolos.-----

---Dando seguimento aos trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia passou ao **Ponto 3** da Ordem de Trabalhos – **Apresentação, Discussão e Votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2019** passando a palavra ao Sr. Presidente da Junta para apresentação do referido ponto.---

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, disse relativamente ao Plano de Atividades, em audiência das forças políticas em sede de estatuto de oposição, foi deixado claro que o Plano de Atividades de 2019 foi um seguimento do Plano de atividades de 2018, tendo sido concretizada a introdução de novas medidas para sua atualização, concretizando o expurgar de situações já realizadas e que já não faziam sentido continuar presentes no Plano de Atividades tendo por último começado a pensar em algumas medidas que não eram passíveis de execução dado necessitarem de outras diligências que não seriam passíveis de realizar no espaço tempo+oral de 2019. Disse continuar-se a fazer uma aposta nas áreas das componentes sociais sendo do entendimento do Executivo ser essas que se deve valorizar, nomeadamente a educação, o desporto, a cultura e a ação social. Disse que o executivo pretende, além de continuar com o que foi realizado em 2018, realizar um plano a nível de saúde e um plano de sensibilização ambiental e também na área dos animais. Relativamente ao Orçamento e documentos provencionais informou ter um orçamento de 5 milhões e 47 mil euros prevendo as seguintes receitas: receitas dos impostos diretos e indiretos e taxas, que são calculados com a média dos anteriores 24 meses, fazendo de seguida uma pequena explanação do Orçamento. Informou que as principais receitas vêm da CML fazendo uma pequena explanação sobre o assunto, bem como de outras



receitas. Fez também uma explanação explicativa do que se refere às despesas da Junta de Freguesia.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. José Moreira (CDS)** que, no uso da palavra, questionou relativamente ao plano de actividades, na rubrica de Recursos Humanos e Administração, que estudos, pareceres e projetos estão previstos para apresentar um valor de 85.000 euros. Disse também, relativamente à rubrica Espaço Público, que o seu partido considera que 10.000 euros para imobiliário urbano é uma verba muito baixa quando se deseja reparar, substituir e adquirir novos equipamentos, questionando quais os objetivos concretos da Junta de freguesia relativamente a esta questão. Disse não estar referenciado o reforço da iluminação pública e embora seja da responsabilidade da CML questionou se a Junta de Freguesia tem listado e apresentado à CML as reclamações e pedidos dos fregueses tendo em vista as suas necessidades. Relativamente à rubrica do desporto, questionou se os valores previstos apresentados serão suficientes para as necessidades de intervenção nos equipamentos relativamente à sua manutenção e arranjos perguntando se a Junta poderia listar as obras necessárias nos equipamentos. Referindo-se à rubrica da cultura, relativamente a trabalhos especializados, questionou que tipo de despesas se preveem para um valor de 30.000 euros. Relativamente à rubrica da ação social, referindo-se ao Fundo de Emergência Social, solicitou a informação de qual a taxa de execução até ao mês anterior, dado haver muitas famílias a necessitar de apoio e que se queixam de não conseguir ter apoio pelo que disse ser importante avaliar o porquê destas situações, questionando também se o valor apresentado – 20.000 euros – é suficiente para fazer frente a estas necessidades. Relativamente à rubrica do comércio salientou que as verbas previstas contrariam a propostas inscrita no plano de atividades no que se refere à construção de uma estrutura de mercado anexa à feira do relógio, solicitando uma explicação sobre o assunto. Disse ainda, numa perspectiva programática, as questões e prioridades levantadas pelo seu partido se encontram plasmadas nas prioridades políticas apresentadas no plano de atividades mas que as intenções não se espelham, de forma clara e consolidada, nas verbas orçamentadas de despesa propostas no orçamento para 2019. Ainda relativamente ao Plano de Atividades, disse não encontrar como prioridade as necessidades essenciais quanto à mobilidade nem à reformulação das carreiras de bairro – autocarro 31 B – considerando mau princípio que não haja uma estratégia de contato permanente com a Carris de modo a aferir os problemas na freguesia e sua resolução. Questionou também o que sucedeu relativamente ao serviço Porta-a-porta que poseria servir para colmatar algumas falhas dos transportes públicos em percursos menos acessíveis e diretos. Salientou também que uma falta de aposta no reforço da iluminação contribui para o crescimento de focos de insegurança em Marvila.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. António Alves (PMMI)** que, no uso da palavra, fez algumas considerações relativas à forma de redação do documento apresentado e também relativamente ao mapa do PPI onde não foi seguida a recomendação da ROC que diz que este documento a ser entregue na Assembleia de Freguesia deverá incluir uma previsão de três anos. Relativamente às opções do plano, fez uma explanação relativamente ao documento salientando algumas situações não cumpridas em 2018 apontando a necessidade de que essas situações possam ser resolvidas assim como apontou também algumas outras positivamente para bem da freguesia. Relativamente ao orçamento, fez uma pequena explanação sobre as receitas e as despesas. Ao falar das novas competências que a freguesia irá assumir colocou algumas preocupações chamando a atenção para falhas nos documentos. Disse também não ter entendido se o Executivo irá manter o projeto “Para Ti se não faltares”, dizendo que na sua opinião é uma enorme mais valia para a freguesia e os fregueses que dele beneficiam.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. Ricardo Abreu (PSD)** que, no uso da palavra, relativamente ao orçamento da despesa, questionou quais as obras complementares que serão feitas, dado o valor de 25.000 euros apresentado. Questionou



Handwritten marks in the top right corner, including a small sketch of a house and a signature.

também a rubrica de transporte para todos dizendo ser um pouco elevada. Salientou um conjunto de rubricas que a seu ver não estão bem equacionadas e previstas requerendo um maior trabalho por parte dos serviços. Na rubrica de despesa com instituições sem fins lucrativos onde se apresenta a despesa de 100.000 euros questionou quais as associações contempladas para esses apoios e qual o critério para a seleção das mesmas. Também na rubrica de horas extraordinárias questionou o valor apresentado questionando se não haverá necessidade de contratar mais pessoal.. Chamou também a atenção para outras questões que considerou relevantes.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à **Sr.ª D. Isabel Ventura (BE)** que, no uso da palavra, referindo-se à despesa prevista por unidades orgânicas, considerando que, numa freguesia onde a habitação é um problema para muita gente, a verba destinada para a mesma é extremamente baixa não chegando a 1% do orçamento. Também a despesa apresentada para as rubricas da Segurança e Mobilidade e também a Economia e Inovação é na sua opinião, extremamente baixa. Sobre a habitação informou que na CML existe um acordo PS/BE para prosseguir a reabilitação dos bairros municipais onde se visa a melhoria das condições de habitabilidade e de deficiência energética onde a meta é intervir anualmente em 10% dos fogos municipais. Disse não concordar com as despesas apresentadas em setores tão importantes como os citados anteriormente considerando que se faz pouco empenho nestas rubricas não entendendo um valor tão reduzido na habitação.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou então a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** que, no uso da palavra, disse que, quando da reunião, ao abrigo do estatuto de oposição que o seu partido teve com o Sr. Presidente da Junta, sobre o plano de atividades para 2019, o mesmo começou por explicar que o plano de atividades seria um plano na linha dos anteriores, um plano de continuidade com uma nova roupagem e que o orçamento para 2019 previa ter receitas um pouco superiores a 5 milhões de euros, concluindo que as prioridades para a freguesia seriam a ação social, a educação e o movimento associativo em termos gerais. Disse que relativamente ao plano de atividades pouco haverá a dizer pois considera ser um rol de boas intenções, o mesmo não poderá dizer em relação aos números apresentados no orçamento. Fazendo a comparação do orçamento de 2019 com o orçamento de 2018, o orçamento de 2019 sofre em quase todas as unidades orgânicas cortes substanciais face a 2018. Salientou que das catorze unidades orgânicas, tirando as comemorações que é uma nova unidade, só três delas vêm as suas verbas reforçadas – Estrutura Verde, Educação e o Orçamento Participativo. Salientou que nas restantes unidades orgânicas se verifica uma redução substancial comparado com 2018 fazendo um pequeno apontamento elucidativo relativamente aos valores e a sua comparação com 2018 questionando o Executivo como é que a Junta de Freguesia cumprirá as suas obrigações com esta redução no orçamento, frisando que o seu partido não pode estar de acordo com os cortes apresentados neste novo orçamento para 2019. Salientou também ser um fator positivo a duplicação das verbas na ação social destinadas a apoiar as famílias mais carenciadas e que necessitam de apoio. Disse que o seu partido não pode estar satisfeito com os valores apresentados no orçamento para 2019 considerando que o trabalho da Junta em relação a apoios, nomeadamente às instituições que trabalham com a população de Marvila e cujo trabalho que realizam é tão necessário será deficiente. Também relativamente à Higiene Urbana e Saúde, Segurança e Mobilidade considera que os cortes são uma mostra de que o trabalho a realizar não poderá ser o que seria de desejar, assim como noutros pelouros que nomeou salientando as suas preocupações em relação aos mesmos-----

---Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** para poder esclarecer as dúvidas suscitadas.-----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, explicou que, relativamente à verba para o Espaço Público, acredita que a mesma terá que ser alterada, em sede da primeira revisão, esclarecendo que a expectativa do Executivo, possa utilizar os meios humanos da Junta de



Freguesia se consiga fazer em relação ao necessário de mobiliário urbano conseguir dotar a freguesia do mesmo de forma a melhorar os espaços de Marvila. Relativamente ao reforço da iluminação pública, salientou que essa é uma competência da CML. Relativamente à intervenção em equipamentos da área do desporto, informou que a freguesia irá ter um ambicioso plano de intervenção e requalificação do parque desportivo como nunca até agora foi feito na freguesia de Marvila, dizendo que como é claro, se irá necessitar de um apoio da CML através de um contrato de delegação de competências para se poder levar a cabo esta tarefa. Referindo-se aos trabalhos especializados na área da cultura, disse ter a ver com uma orçamentação para a necessidade de um conjunto de artistas, outra aquisição de bens e serviços para esta área. Relativamente à taxa à população de 50.000 euros, disse que não há ninguém da população que não tenha apoio naquilo que é seu direito na Junta de Freguesia, sinalizando esse referido 1% para as entidades que devem ser sinalizadas, salientando que é também exigido às pessoas que façam uma comprovação da sua situação socioeconómica, havendo regras a cumprir para que possa ser verificado a sua necessidade de apoios sociais. Disse ainda que o Executivo teve sempre em atenção a opinião e interesses apresentados pelas bancadas para a freguesia e que houve sempre a tentativa de espelhar no plano de atividades essas opiniões. -Relativamente à questão do Marvila Transporta, disse que o mesmo continua a funcionar e continua a fazer o seu itinerário salientando que se deverá repensar será numa reformulação do Marvila Transporta dado o mesmo percorrer um número de artérias da freguesia que estão servidas de transporte público e existem outras zonas que pela sua situação geográfica e de limitações de acesso não estão servidas de transportes públicos e necessitam desta valência da Junta de Freguesia dizendo ser necessário uma reorganização do itinerário deste percurso. Referindo-se à intervenção do Sr. António Alves e agradecendo o caráter positivo da intervenção do eleito, disse que, embora em 2018 só tenha havido duas revistas, a mesma é para ter uma periodicidade trimestral. Deu também algumas explicações sobre o orçamento e a forma como foi realizado, salientando que a mais largo prazo se poderá ter alguns problemas orçamentais se não houver um aumento dos dinheiros públicos para a freguesia. Disse ainda que o projeto “Para Ti se não Faltares” não foi abandonado salientando que a Junta de Freguesia deverá ter uma negociação bastante aberta com a CML pois o Executivo entende que a CML deveria assumir este tipo de responsabilidade que a freguesia assume neste momento e que continuará a assumir até ao limite do seu esforço. Disse que este Executivo fez uma sobre orçamentação de gastos com pessoal em 2018 e que esta sobreorçamentação em conjunto com algumas saídas com mobilidade e aposentações fez com que se conseguisse fazer esta redução de gastos e, ao mesmo tempo, ter em atenção que todos os trabalhadores deverão ter as melhores condições salariais espelhadas no orçamento da Junta de Freguesia. Respondendo à intervenção do Sr. Ricardo Abreu, disse que é visível o porquê da aposta do pagamento a horas extraordinárias aos trabalhadores sendo evidente a prioridade do Executivo de melhores condições salariais aos seus trabalhadores, tendo também em conta que os trabalhadores da higiene e limpeza urbana têm os salários base mais reduzidos salientando que o Executivo é muito sensível a esses trabalhadores, aos trabalhadores da estrutura Verde assim como aos trabalhadores que estão a dar apoio à Assembleia que estão a fazer este trabalho nocturno e que devem ter os seus complementos salariais. Salientou que os trabalhadores terão sempre por parte do Executivo uma voz amiga e justa que será executada até aos limites da orçamentação da Junta de Freguesia. Relativamente à questão dos viadutos e arruamentos, salientou que esta verba é prevista para a manutenção de calçadas para responder a necessidades que se venham a verificar em função de condições climáticas que exijam da Junta a reparação de espaço público. Relativamente às associações sem fins lucrativos disse referir-se a protocolos já realizados e aprovados pela Assembleia até final do mandato, dando por exemplo o ISEL protocolo este que visou fazer justiça a situações anteriores informando que nesta situação está também contemp-lado um contrato programa que se terá com a Nuclisol-Jean Piaget que tem três estabelecimentos de ensino na freguesia de Marvila e também está no orçamento a



dotação de uma verba que concerne a uma relação da Junta com o Agrupamento de Escolas D. Dinis, salientando também outros estabelecimentos de ensino onde será consignado algumas verbas simbólicas. Salientou, relativamente ao BE, que a Junta tem realmente preocupação com a habitação, mas a Junta, além de não ter verba suficiente e as questões da habitação pertença à CML, tem também que se ver que os fregueses terão dificuldade a entender porque uns serão ajudados e outros não. Relativamente à Segurança e Mobilidade disse que fundamentalmente o objetivo da Junta é que haja um trabalho de parceria com a CML, dado ter que haver uma grande exigência no que refere a Segurança e Mobilidade, tendo também por isso lançado o desafio à assembleia de freguesia na criação de uma Comissão de Acompanhamento relativamente a este assunto. Disse que o próprio Executivo se revolta por ainda existirem em Marvila caminhos que ainda não são seguros em termos de mobilidade frisando que tudo farão para que a CML, em parceria possa olhar para a freguesia com outros olhos e através de um protocolo se possa aligeirar este processo de segurança e mobilidade para os marvilenses. Respondeu que ao contrário do que disse o eleito Sr. António Pereira, o orçamento apresentado é amigo dos trabalhadores tendo as melhores condições salariais, as melhores possibilidades de progressão salarial, abrangendo a integração de trabalhadores. Disse que o orçamento apresentado é amigo da cultura estando espelhado nele 3% salientando que um orçamento que prevê o apoio às instituições nos seus eventos culturais só pode ser amigo da cultura, dando alguns exemplos referentes à sua afirmação. Salientou que o orçamento é também amigo de outras áreas dando aí também exemplos. Disse que não sendo o orçamento perfeito é o melhor possível e tendo em atenção aos que mais necessitam de apoio.-----

---A **Sr.ª D. Luísa Costa Gomes (PS)**, pedindo a palavra, salientou que o orçamento só poderá ser realizado até onde existe verba. Parafraseando um dito popular disse que “não se pode fazer omeletes sem ovos”, brincando ao dizer que se podem fazer omeletes com mais claras, sendo mais leves e melhores, dizendo ainda que no orçamento se podem encontrar verbas que transversalmente abrangerão mais do que um pelouro.-----

---O Sr. presidente da Assembleia deu de seguida a palavra ao Sr. Rogério Mota que, no uso da palavra, disse que dados são factos e os dados são incontornáveis e analisando os mesmos verifica-se comparativamente que o orçamento de 2019 é inferior a 2018, salientando que não restam dúvidas que uma das prioridades em Marvila é a educação, não se duvidando também que outra prioridade é a habitação. Não pondo a questão do fecho dos sistemas de rega, salientou a necessidade de quando os voltarem a abrir esses sistemas funcionem à noite ou de madrugada, quando não haverá necessidade de um exagerado gasto de água.-----

---Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia** colocou à votação a **Apresentação, Discussão e Votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2019**.-----

---Passada a votação, foi a **Apresentação, Discussão e Votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2019 aprovada por maioria com os votos a favor do PS, as abstenções do PSD, BE e CDS-PP e os votos contra do PCP e do PMMI**.-----

---O Sr. António Alves pediu a palavra para fazer a seguinte declaração de voto: «Fundamento a minha decisão de declaração de voto contra porque o orçamento não espelha os valores inscritos no Orçamento Geral do Estado, logo vejo-me na condição de votar obrigatoriamente contra porque esses valores são públicos».-----

---De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia** passou ao **Ponto 4** da Ordem de Trabalhos - **Apresentação, Discussão e Votação do Mapa de Pessoal para 2019**, dando a palavra ao Sr. presidente da Junta para apresentação do ponto.-----

---O Sr. presidente da Junta, no uso da palavra, fez uma breve explanação do documento dizendo que está no seguimento do anterior havendo algumas pequenas alterações que enumerou e explanou.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** abrindo a discussão do ponto, passou a palavra ao **Sr. Ricardo Abreu (PSD)** que, no uso da palavra, disse ter ficado a saber através da informação do



Sr. Presidente da Junta que existem muitos funcionários que se encontram em situação de mobilidade o que, no seu entender, revela uma grande necessidade de pessoal, dizendo ser preocupante que as pessoas tenham querido ir trabalhar para outro lado e apenas um ter querido vir para Marvila. Falando da área administrativa da contabilidade, sugeriu ao executivo a contratação de um contabilista certificado o que não levaria a rubricas mal colocadas nas suas classificações a nível do POCAL. Disse que, segundo a sua opinião e relativamente à contratação de assistentes técnicos se deveria equacionar a contratação de quadros superiores dado haver algumas exigências a nível de conhecimentos técnicos como por exemplo a nível da contratação pública. Agradeceu a explicação relativamente às horas extraordinárias sendo de louvar o cumprimento dessa obrigação.-----

---De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Nuno Almeida (PCP)** que, no uso da palavra, congratulou-se por ter deixado de existir no mapa de pessoal lugares com termo resolutivo. De qualquer modo não deixou de criticar a forma de apresentação deste mapa dado não exibir aquilo que a seu ver deveria ser demonstrado aquando da apresentação destes mapas. Nomeadamente a questão das situações de mobilidade, a cativação de postos de trabalho recorrente da situação das mobilidades bem como as avenças ou contratos de prestação de serviços salientando que esta informação deveria ser dada com mais rigor à presente assembleia. Disse ver com satisfação os postos de assistente operacional, vendo com alguma preocupação alguns postos de trabalho por preencher nestas categorias questionando o executivo se é ou não sua intenção preencher os referidos postos. Disse também acreditar que os marvilenses ganhariam se a junta, para o espaço público, pensasse em criar equipas operacionais para a sua manutenção que seria mais rápida, eficiente e próxima e com a vantagem de ao ser feita com meios próprios será efetivamente mais barata.-----

---de seguida o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. António Alves (PMMI)** que, no uso da palavra, disse que, na sua opinião, muito dificilmente a autarquia poderá deixar de contratar pessoas a recibos verdes na sua totalidade sendo essa a sua percepção pedindo ao Sr. presidente da Junta a sua opinião sobre o assunto. Deu algumas sugestões sobre a elaboração e aprovação do mapa de pessoal e a aprovação do mesmo.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à **Sr.ª D. Isabel Ventura (BE)** que, no uso da palavra, disse que gostaria de ser esclarecida relativamente à existência ou não de recibos verdes dado que é aceitável a existência de contratos a termo certo para substituições de doenças mais ou menos prolongadas mas a existência de recibos verdes não é, segundo a sua opinião aceitável.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Manuel Saraiva (PS)** que, no uso da palavra, disse que este deve ser um espaço de reflexão sobre política ou seja de concepções mesmo que genéricas sobre um assunto que, na sua opinião, é demasiado importante e não uma mera aprovação simples de mais ou menos trabalhadores. Salientou que é obrigação da Assembleia decidir sobre pessoas trabalhadoras num contexto de trabalho e para isso considera conveniente opinar sobre alguns conceitos e o que devem representar em pleno século XXI: o trabalho como meio de dignificação e de afirmação pessoal e social ou o trabalho como mero instrumento de subsistência pois existem contas para pagar. Disse saber-se que há um longo caminho desde os tempos do trabalhador entendido como um ser socialmente inferior até ao reconhecimento deste com direitos e deveres, caminho esse que tem conhecido avanços e recuos sendo que os últimos, na sua opinião, são mais evidentes nos chamados tempos de crise e onde a concentração da riqueza mais se evidencia. Salientou que, se se acrescentar o elemento indiferença, existe um campo fértil para a precariedade que considera não ser apenas um processo de limitação de direitos mas essencialmente um limitador da afirmação do trabalhador e da sua completa inserção num processo de evolução que para além da subsistência lhe garanta a afirmação profissional e a satisfação onde o trabalho deixe de ser um castigo e se transforme num processo de afirmação e realização pessoal. Disse ainda que todos sabem que as



organizações de maior sucesso são aquelas que apostam numa política de recursos humanos, estabelecendo planos de formação, de empenhamento, de mobilização e de valorização de competências. Afirmou que todos ambicionam que a Junta de freguesia de Marvila seja uma entidade de excelência com um quadro de pessoal que deverá ser valorizado de modo contínuo na compreensão do seu papel no objetivo integral da entidade de que fazem parte, dizendo que esta é uma discussão que não deverá deixar à margem e que deve envolver todos em particular o Executivo desta Junta. Frisou que as dificuldades são motivadoras e gerir recursos com estas potencialidades é um desafio muito interessante capaz de fazer a diferença num processo de gestão autárquico, acreditando que essa diferença acontecerá em Marvila e que a Assembleia no exercício das suas competências legais não ficará à margem desse sucesso existindo condições para conversar sobre este tema sem limitações do tempo que nestas condições é imposto. Afirmou haver aqui uma valorização além dos números que sempre deveria ser considerada e nem sempre é evidenciada que é a dignidade do trabalhador enquanto tal.-----

---Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia**, antes de passar a palavra ao Sr. Presidente da Junta, lembrou que a assembleia se encontra a poucos minutos do seu término legal e que além da intervenção do **Sr. Presidente da Junta** ainda existe outro ponto da Ordem de trabalhos para analisar.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou então a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** que. No uso da palavra, agradeceu a intervenção do Sr. Ricardo Abreu agradecendo a sua preocupação informando que a Junta de Freguesia tem um contabilista certificado que é um funcionário da casa e que merece plena confiança do Executivo não havendo qualquer preocupação em relação à questão levantada pelo membro da Assembleia e que não será por um simples facto que se mudará de contabilista certificado.. Relativamente ao número de técnicos superiores, disse que foi feito um aumento substancial do número de trabalhadores nessa área. Refrindo-se à intervenção do membro da Assembleia Sr. Nuno Almeida, disse acompanhar as suas preocupações e os desejos do seu partido nesta área afirmando que poderão sempre contar com essa identificação nesta área do mapa de pessoal e dos trabalhadores dizendo que essa posição permite responder também positivamente à questão do BE relativamente à precaridade alertando que existe um conjunto de tarefas que serão sempre de carácter permanente e que são aquelas que se tem que fazer e as que se deve conseguir regularizar dentro dos limites orçamentais da Junta de Freguesia e a essas disse ser obvio que se fará todos os esforços possíveis para regularizar. Alertou ainda que existem outras áreas como os assistentes operacionais nos Jardins de Infância as quais se tem que recorrer à prestação de serviços quando as assistentes do quadro, por motivo de baixas médicas ou outras ausências ao trabalho têm que ser temporariamente substituídas nos lugares necessários sendo essas tarefas provisórias e de tempo limitado.-----

---Não havendo mais intervenções. O Sr. presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4** da Ordem de Trabalhos – **Apresentação, Discussão e Votação do Mapa de Pessoal para 2019**.-----

---Passada a votação, foi o **Mapa de Pessoal para 2019 aprovado por maioria com a abstenção do CDS-PP**.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, tendo passado da meia noite, colocou à consideração da Assembleia a apresentação do último ponto da Ordem de Trabalhos informando que o Executivo da junta dispensa a apresentação do ponto em questão, informando também haver três pedidos de esclarecimento sobre o ponto passando de seguida a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** para colocar a sua questão.-----

---O **Sr. António Pereira (PCP)**, no uso da palavra, questionou se relativamente aos 5 euros por disciplina, nas taxas para a Universidade Sénior, se só é feito esse pagamento uma vez ou se é mensal, ao que lhe foi respondido que esse valor é pago mensalmente. Relativamente à taxa para os passeios, disse que na sua opinião o pagamento de 15 euros por passeio já é uma importância



um pouco elevada. Questionando se não seria possível baixar para pelo menos os 10 euros dado que haverá pessoas que lhes será muito difícil pagar essa quantia por um passeio.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. António Alves (PMMI)** que, no uso da palavra, disse ter que votar a favor da adenda apresentada porque a atualização dos preços e das taxas é dinâmica e como o princípio do regulamento se mantém, terá que votar a favor.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra à **Sr.ª D. Luísa Costa Gomes (PS)** que questionou se o preço dos passeios é fixo independentemente da quilometragem dos mesmos.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou então a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** para prestar os esclarecimentos solicitados.-----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, esclareceu que o valor anual da Universidade sénior da freguesia de Marvila é o mais baixo comparativamente com as Universidades Sénior de outras freguesias da cidade de Lisboa. Esclareceu também que a Universidade Sénior de Marvila oferece um conjunto de serviços, tal como natação ou ginástica, onde não se consegue fazer por um preço de 5 euros como aqui se faz, acreditando que uma verba de 45 euros anuais não é uma verba pesada para uma anuidade. Disse que o valor dos passeios, tendo em conta que quando realizados a Junta oferece o almoço, o lanche ajantarado, uma tarde de divertimento, além de algumas visitas, é um pequeno preço para o que é ofertado. De qualquer modo salientou que mesmo que haja alguma dificuldade com este montante, a junta conseguirá acionar meios de ajuda, quando demonstrada a dificuldade socioeconómica de apresentar, pois este Executivo não excluirá ninguém que queira beneficiar do passeio e não o possa pagar.-----

---Agradecendo a intervenção e não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia** colocou à votação o **Ponto 5** da Ordem de Trabalhos – **Aprovação de Adenda ao Regulamento e Tabela Geral de taxas e preços da Freguesia de Marvila.**-----

---Passada a votação, foi a **Aprovação de Adenda ao Regulamento e Tabela Geral de taxas e preços da Freguesia de Marvila, aprovada por unanimidade.**-----

----- PUBLICIDADE DAS DELIBERAÇÕES -----

---Das deliberações do Órgão, que tinham eficácia externa, foram dadas publicidade, através de edital, afixado no edifício sede da Freguesia, durante cinco dos dez dias subsequentes à data da tomada das deliberações em minuta. -----

---Face ao adiantado da hora, e por deliberação da Assembleia, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu por encerrada a reunião ordinária, eram **00h00**, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia, pela 1ª Secretária e pela 2ª Secretária.-----

O Presidente da Assembleia _____


A 1ª Secretária _____


A 2ª Secretária _____